**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2020**

**1. PREÂMBULO**

**1.1. O MUNICÍPIO DE CANARANA-MT** pessoa jurídica de direito público, por meio da Comissão Permanente de Licitação oficial, designada pela Portaria n. 008/2018, de 08/01/2018, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto **CREDENCIAMENTO de empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal para atendimento de Escalas Alternativas de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno)**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei n. 8.666/93, e suas alterações e no que couber.

**Período de Recebimento de Documentos:** **à partir do** **dia 10/07/2020 às 12:00 hrs (Brasília), sendo que o processo permanecerá em aberto até o dia 10/07/2020.**

**Local do recebimento dos documentos:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana-MT., sito a rua miraguaí nº 228, centro, Canarana-MT., fone (66) 3478-1200

***Obs. Durante toda a vigência do credenciamento, as empresas que não solicitaram o mesmo no prazo estipulado acima, poderão solicitar nos mesmos termos deste edital, porém o credenciamento/contratação terá vigência somente até o prazo de 12 (doze) meses a contar dos credenciamentos.***

## 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

**2.1 -** Constitui objeto do presente o **CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no Hospital Municipal Lorena Parode e unidade Unidade de Sindrome Gripal para atendimento de escalas alternativas de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno)**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência **Anexo I** deste Instrumento.

**2.2 -** As empresas interessadas em participar do credenciamento, respectivamente a sua área de interesse em se credenciar, deverão possuir como finalidade a prestação de serviços das especialidades constantes no anexo I – Termo de Referência.

## 3. TERMO DE REFERÊNCIA

**3.1 -** Foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde com suporte do setor de licitações com base nos valores já praticados pelo município e de acordo com os valores pagos as Escalas aos profissionais efetivos de acordo com o **Termo de Referência Anexo I**, o qual servirá de base para todo o procedimento.

## 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Credenciamento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 03

FUNCIONAL: 10.302.0010.2050

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 352

FONTE DE RECURSOS: 2046

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 03

FUNCIONAL: 10.302.0010.2050

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 350

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2043

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 260

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2043

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 261

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2048

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 313

FONTE DE RECURSOS: 2042

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2048

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 314

FONTE DE RECURSOS: 2046

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.122.0014.2098

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 700

FONTE DE RECURSOS: 2046

**5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

* 1. - Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

**Obs.: Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.**

* 1. – Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente credenciamento deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório ou cópia simples desde que os originais estejam juntos para autenticação do mesmo. Só serão aceitas cópias legíveis. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas. A comissão permanente de licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
  2. - **Os documentos em cópias simples poderão ser autenticados pelo presidente da comissão permanente de licitação, desde que acompanhados dos originais**. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos em lei e nos **casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão**.
  3. - **Não será admitida neste credenciamento a participação de empresas:**

**I -** Que se encontrem sob falência, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**II -** Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

1. - Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Estado, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
2. - Estrangeiras que não funcionem no País;
3. - Pessoas Jurídicas que inadimpliram contratos ou ordens de fornecimento firmadas junto a este Município;

**5.5 -** Não poderão ainda participar do presente certame empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:

**5.5.1 -** **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam);**

**5.5.2 - adastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.-gov.br/pls/apex/f?p=2046:5:0::NO:::);**

**5.5.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php?validar=form);**

**5.6 -** A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

**5.7 -** A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da pessoa jurídica, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente da Licitação do disposto no artigo 97 da Lei nº 8.666/93.

**5.7.1 -** Fica a pessoa jurídica obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do credenciado:

Estar ciente das condições do edital;

* Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
* Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela comissão Permanente de Licitação;
* Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas neste Edital.

**5.8 - O credenciamento ficará aberto por 12 (doze) meses;**

## 6. DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

**6.1 -** As empresas interessadas em participar do credenciamento, respectivamente a sua área de interesse em se credenciar, deverão possuir como finalidade a prestação de serviços da seguinte especialidades:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quant** | **R$ unit.** | **R$ total** |
| 01 | Escala Alternativa de serviços Médicos (**12 hrs**) – Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 400 | 1.315,62 | 526.248,00 |
| 02 | Plantão sobre-aviso - Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 200 | 500,00 | 100.000,00 |

## 7. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

* 1. - **A distribuição das escalas será de acordo com o número de credenciados e a demanda do município**.
  2. - **De acordo com a atividade a ser executada, será convocada a credenciada constante da relação, observada sempre a ordem de disponibilidade do credenciando para o atendimento imediato do paciente**.
  3. - Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.
  4. - Convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pela Central de Regulação do Município.
  5. - A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço. **A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções**.
  6. - A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento e aplicação das demais penalidades.

## 8. DA REMUNERAÇÃO DAS ATIVIDADES

* 1. - A interessada em participar do Credenciamento deverá enviar **Declaração de que aceita o valor proposto a ser pago pelos serviços prestados pelo Município de Canarana, conforme Proposta Financeira da Estimativa de Preço do Termo de Referência Anexo I**, onde, os valores já englobam todos os custos operacionais da atividade, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba a proponente direito de reivindicar custos adicionais.
  2. - **O valor deverá englobar quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste credenciamento ser prestados sem ônus adicionais**.
  3. - Após apresentação da documentação de habilitação, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
  4. - **Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:**

**a) -** Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;

**b)** - Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**c)** - Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

* 1. - **A simples participação neste credenciamento implica em:**

**a) -** Plena aceitação, por parte da interessada, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

**b) -** Comprometimento da credenciada em prestar os serviços objeto deste procedimento em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

**8.6 -** Será proibido a credenciada cobrar taxas ou qualquer outra importância dos usuários, **sob pena de descredenciamento** a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente após denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurando a credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 9. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

* 1. - As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Setor de licitação do Município de Canarana, localizada na Rua Miraguai 228, centro, Canarana -MT diretamente com a Presidente da CPL, que tem o prazo de 03 (três) dias úteis para respondê-las.
  2. - Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento de credenciamento, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

## 10. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE

**10.1 –** Na data limite de recebimento dos Credenciamentos, as interessadas entregarão os envelopes não transparentes e lacrados, contendo a documentação de habilitação. **O envelope contendo os Documentos de Habilitação e termo de aceite deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT**

CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E TERMO DE ACEITE

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL: CNPJ/MF:

ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL:

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

* 1. – A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação dos interessados, verificando sua regularidade e em sessão pública, conforme a entrega dos envelopes;
  2. - **Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados credenciados, caso não haja interposição de recursos**.
  3. Será considerado habilitada a Credenciada que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:
     1. - **A interessada que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e ficará sujeita às penalidades legais**;
  4. - Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação:

1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;
   1. - **Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 03 (três) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto atestado;**
   2. - Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pelo presidente ou um dos membros da comissão de licitação, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;
   3. - O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou pelos membros da comissão no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

## - Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, são os seguintes*:*

**11.9 -** **Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação**, na forma do artigo 32, § 2o, da Lei nº 8.666/93 **(conforme modelo** **Anexo VI);**

* 1. **-** No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada e apresentada mesmo que com a restrição junto com a supracitada declaração.

**11.11 -** Amicroempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 **deverá apresentar**, na forma da lei, com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da mesma lei**.** (**conforme modelo** **Anexo VII**) acompanhada da certidão simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da empresa;

**11.12 - Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menores de 18 (dezoito) ano**s em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93 (conforme modelo **Anexo IV);**

**11.13 - Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados**, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo **Anexo IV)**.

**11.14 - A licitante interessada deverá apresentar** o **TERMO DE ACEITE** dos serviços pretendidos conforme modelo **Anexo II.**

## – As empresas deverão apresentar os seguintes Documentos Relativos à Habilitação Pessoa Jurídica:

1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor** devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
2. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
3. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
4. **Cópia da cédula de Identidade e CPF dos sócios da empresa**;
   1. **- A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, pessoa jurídica no que couber consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
5. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ);**
6. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal **(Alvará de funcionamento)**
7. **Prova de Regularidade com a** **Fazenda Federal**, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União, expedidas pela Secretaria da Receita Federal;
8. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**;
9. **Certidão Negativa da Fazenda Estadual** (Certidão referente a pendências tributarias e não tributarias**)** fornecida pela Secretaria de Fazenda Estadual**.**
10. **Prova de Regularidade** relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal;
11. **Prova de inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

**11.17 - A documentação relativa à Qualificação Econômica Financeira**, consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

**a)** **Certidão negativa de falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se outro prazo não constar do documento.

* 1. **- A documentação relativa à Qualificação Técnica**, consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

1. **Certidão de regularidade dos profissionais** emitida pelo respectivo conselho (Estado de Mato Grosso- MT);

## 12. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. - Encerrado o período de Credenciamento, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação dos interessados, verificando sua regularidade e em sessão pública, no dia, horário e local, conforme definido neste edital será divulgado o resultado dos credenciados;
  2. - Nos casos de solicitação após o prazo inicial, a comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a solicitação e os documentos necessários.
  3. - Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados credenciados, caso não haja interposição de recursos;

## 13. RECURSOS

**13.1 -** É facultado ao licitante, nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, a interposição de:

**13.1.1 - RECURSO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

1. habilitação ou inabilitação do licitante;
2. julgamento das propostas;
3. anulação ou revogação da licitação;
4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
5. rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

**13.1.2 - REPRESENTAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico dirigido a autoridade superior;

* 1. - Terão efeito suspensivo obrigatório apenas os recursos contra a habilitação ou inabilitação e contra o julgamento das propostas. Os demais não terão efeito suspensivo, salvo se a autoridade competente, por razão de interesse público, motivadamente assim o determinar.
  2. - Não serão conhecidos os recursos protocolizados fora do prazo legal.
     1. - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
     2. - Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação, em dias úteis, **no horário das 12:00h às 18:00h**;
     3. - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito este homologará o procedimento;
  3. - A homologação desta licitação não obriga o Município de Canarana à contratação do objeto licitado;
  4. - O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Mato Grosso – TCE, Diário oficial dos Municípios (AMM), Jornal de Grande Circulação.
  5. - O recurso contra decisão do não terá efeito suspensivo quanto à disputa.
  6. - Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 14. DA HOMOLOGAÇÃO

* 1. - O Credenciamento, ficará sujeito a homologação do Prefeito, Autoridade Superior deste Município.
  2. - Para fins de homologação, o proponente credenciado fica obrigado a comparecer no prazo **de 02** **(dois) dias uteis,** para comparecer junto ao Município de Canarana, para assinar o Contrato, vindo a decair do direito a executar o objeto deste Credenciamento, caso não compareça.

## 15. DO CONTRATO

* 1. - As obrigações decorrentes deste Credenciamento consubstanciar-se-ão em Contrato cuja minuta consta do **Anexo VIII**;
  2. - **O Contrato terá sua vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, inciso II da lei Federal 8.666/93, tendo validade e eficácia legal** **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial.**
  3. - O prazo para assinatura do Contrato será de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;
  4. - O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da credenciada, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;
  5. - A critério do Município, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pelo Município;
  6. - Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 20 deste Edital;
  7. - A critério do Município, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

## 16. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

* 1. - O valor que propôs a **CREDENCIADA,** será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8666/93.

## 17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

* 1. - Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações descritas no Termo de Referência **Anexo I**.
  2. - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
  3. - Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.
  4. - Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
  5. - Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo ao credenciado será de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.
  6. - Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.
  7. - Paralisar a execução casos os empregados da credenciada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

## 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. - **Para o fiel cumprimento do presente contrato, a CREDENCIADA se compromete a**:

1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;
2. Executar a prestação dos serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência Anexo I;
3. Não realizar sub-contratação total ou parcial dos serviços contratados.
4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério do Consórcio, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
   1. - Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;
   2. - A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.
   3. - A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras e condições estabelecidas neste edital, sob pena de credenciamento.

## 19. CONVOCAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

* 1. - A convocação da Contratada pelo Município, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para assinatura do Instrumento Contratual, retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, que será emitida pelo Setor de Licitação.
  2. - O não comparecimento da empresa convocada na forma do subitem anterior o sujeitará às sanções previstas neste Edital;
  3. - O fornecimento deverá ser realizado de acordo com os requisitos deste edital o Termo de Referência **Anexo I,** e demais anexos.

## 20. DOS PAGAMENTOS PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

* 1. - Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada.
  2. - A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;
  3. - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
  4. - Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.
  5. - O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
  6. - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
     1. - **Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar com cada nota fiscal, os seguintes documentos:**
        + **Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e contribuições Federais, salvo quando esta for unificada;**
        + **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT);**
        + **Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. - A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

**21.1.1 - Por atraso injustificado na prestação dos serviços:**

* + 1. - Atraso de até 05 (cinco) dias, multa equivalente ao valor do 1 (um) procedimento não realizado.
    2. - Atraso superior a 10 (dez) dias, multa equivalente ao valor de 5 (cinco) procedimentos não realizado, sem prejuízo das demais cominações legais;
    3. - No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.
    4. - A justificativa por atraso deverá ser encaminhada para o município para o devido deferimento ou indeferimento.
    5. - **Pela inexecução parcial ou total das condições** estabelecidas neste ato convocatório, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

## - Advertência,

* + 1. - multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor do menor procedimento credenciado pelo contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem independente de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município;
    2. - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  1. **- Descredenciamento:**

## 21.3.1 - Pelo Município:

* + 1. – a empresa deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato; a empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
    2. – ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
    3. – por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado;
    4. - em razão de caso fortuito ou força maior;
    5. – No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;
    6. **-** e naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

## 21. 4 - Pela Credenciada:

* + 1. - mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
    2. - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;

a) Em se tratando de contratada que não comparecer para retirada da Ordem de serviços, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;

* + 1. - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora do contrato, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Canarana;
    2. - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;
  1. - Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
     1. - Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
     2. - Cancelamento do contrato e do credenciamento, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação da prestação dos serviços;
     3. - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
     4. - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo o Município reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**21.6** - Serão publicadas no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no Edital de Licitação.

## 22. DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. - É facultado a Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do Credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
  2. - Fica assegurado ao Município de Canarana o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Credenciamento, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
  3. - As Credenciadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
  4. - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Município de Canarana;
  5. - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

**22.6** - As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Canarana – MT, com exclusão de qualquer outro;

* 1. - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Mato Grosso, e na página web do Município (**www.canarana.mt.gov.br**), salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das credenciadas presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

1. **Julgamento deste Credenciamento;**
2. **Recurso porventura interposto.**
   1. - A Cópia do Edital e de seus Anexos poderá ser obtida pelo site: (**www.canarana.mt.gov.br**) e também pode ser feita a solicitação através do e-mail: [**licitacoes.canarana@gmail.com**,](mailto:licitacoes.canarana@gmail.com,) podendo ainda ser obtida junto ao Setor de licitações, no horário das 12hs00min às 18hs00min, (horário de Brasília), até o último dia que anteceder a data prevista para abertura do certame.
   2. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Mato Grosso, e na página web do Município (www.canarana.mt.gov.br), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

**22.9.1** - Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes, da Lei nº 8.666/93.

## ANEXOS DO EDITAL

**23.1 -** São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Termo de Aceite da Proposta Financeira

**Anexo III:** Modelo Carta de Credenciamento

**Anexo IV:** Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais

**Anexo V:** Declaração de Habilitação

**Anexo VI:** Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da Habilitação

**Anexo VII:** Declaração de ME e EPP (quando empresa).

**Anexo VIII:** Minuta do Contrato

Canarana-MT, 19 de Junho de 2020.

**ANA PAULA LOPES SILVA**

## Presidente da CPL

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

## OBJETO:

## 1.1 - CREDENCIAMENTO de empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal para atendimento de Escalas Alternativas de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno).

## 1.2 – ESCALAS: Consistirá em serviços médicos de 12h, diárias, de domingo a domingo, durante os 365 dias do ano. O atendimento a ser realizado nas escalas de serviços médicos, seja qual modalidade e horário for, são para o atendimento de urgência e emergência e acompanhamento médico necessário para deslocamento de paciente até Unidade *Hospitalar de Referência que se fizerem necessário*. Poderão ser usados os médicos nas escalas para atendimento emergencial em casos de eventos de grande proporção em que se corra risco de tumultos e acidentes, onde os profissionais escalados atenderão com ambulância, no local do evento.

**2 - DA FORMA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

**2.1 -** A empresa vencedora deverá fornecer profissional devidamente habilitado para realizar os serviços médicos e serviços médicos em forma de escalas de serviços no Município de Canarana em local designado pela Secretaria de Saúde.

**2.2 -** Os serviços de médico deverão ser prestados por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina e que e que possuam a devida qualificação para atuação nos locais mencionados.

**3 - SÃO OBRIGAÇÕES DOS MÉDICOS ESCALADOS:**

**3.1 -** Prestar serviços no Hospital Municipal Lorena Parode ou Unidade de Sindrome Gripal, unidades onde ocorreram eventos e nos eventos, como Médico e atender livre demanda, obedecendo à ordem cronológica do credenciamento.

**3.2 -** Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala de serviço predeterminado e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto, atuando ética e dignamente.

**3.3 -** A substituição da escala deverá se fazer no próprio local de trabalho.

**3.4 -** As eventuais trocas de escala de serviço, deverão ser realizadas mediante solicitação e autorização prévia por escrito, com antecedência mínima de 24 horas.

**3.5 -** No caso de eventual troca de escala não autorizada, a responsabilidade é do membro do corpo clínico que estava originalmente escalado.

**3.6 -** Cumprir com pontualidade seus horários de chegada as escalas determinadas, com o mínimo de quinze minutos de antecedência.

**3.7 -** Tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo.

**3.8 -** Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados à sua disposição para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais servidores.

**3.9 -** Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas e participar das reuniões convocadas pela direção do serviço.

**3.10 -** Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos.

**4 - DA REALIZAÇÃO DAS ESCALAS DE SERVIÇOS MÉDICOS:**

**4.1 -** Serão realizados no **Hospital Municipal Lorena Parode, Unidade de Sindrome Gripal** de Canarana, Eventos e Unidades de Saúde com realização de Eventos, de domingo a domingo, por 01 (um) médico em escala presencial de 12 horas.

1. **- QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quant** | **R$ unit.** | **R$ total** |
| 01 | Escala Alternativa de serviços Médicos (**12 hrs**) – Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 400 | 1.315,62 | 526.248,00 |
| 02 | Plantão sobre-aviso - Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 200 | 500,00 | 100.000,00 |

## - AS CREDENCIADAS DEVERÃO ATENDER OS SEGUINTES REQUISITOS:

1. O número de pacientes poderá variar de acordo com o quadro de usuários dos serviços de saúde pública do município, sem qualquer alteração de preço estipulado no credenciamento.
2. A credenciada deverá ofertar os procedimentos elencados neste termo de referência de acordo com sua especialidade.

**OBS: PARA EFEITO DE ESTIMATIVA APLICOU-SE O VALOR PAGO AOS MEDICOS EFETIVOS DO MUNICIPIO, CONFORME LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 159/2017**

**7 – JUSTIFICATIVA:** A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela gestão do sistema único de saúde do Município de Canarana e, como tal, detém a competência de coordenar, formular, articular, executar, supervisar e controlar as ações e serviços de saúde em âmbito municipal inclusive em relação aos serviços complementares, contratados ou conveniados. Diante disso, ao realizar o planejamento das atividades da Secretaria de Saúde detectou-se a necessidade de realizar a contratação de profissionais médicos plantonistas para atender a demanda sazonal que intensifica e eleva consideravelmente os serviços de saúde no Hospital Municipal e na Unidade de Síndrome Gripal. Isso ocorre porque existem diversos profissionais pertencentes ao quadro de pessoal desta Secretaria de férias, que não poderão cobrir as escalas de plantão, além disso, devido a gravidade de pandemia do corona-virus (covid-19) que vem aumentando diariamente em nosso município, existe o aumento de atendimentos diários e 24 horas por dias. Importa destacar que esta Secretaria Municipal elaborou uma escala com a finalidade de atender a demanda, para que se permaneça prestando um serviço de qualidade, pois essa é a função do Poder Público, garantir o acesso universal e igualitário a todos que necessitem dos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde. Portanto, por prever a necessidade e a demanda do serviço em questão, nos leva a tal iniciativa, prevendo cobrir plantões eventuais nas unidades de atendimento de urgência desse município, e, assim, prestar aos nossos munícipes um bom atendimento, evitando qualquer dano a saúde deles. Justifica-se, ainda, pela necessidade de cobrir férias dos médicos que atendem, tanto no Pronto Atendimento Municipal, quanto nas diversas Unidades de Saúde. Além disso, o presente Credenciamento visa atender os eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde. A Constituição Federal de 1988 assim dispõe:

Art. 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, **cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle**, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, **por pessoa física ou jurídica de direito privado.**

Art. 198. **As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único**, organizado de acordo comas seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Art. 199. **A assistência à saúde é livre à iniciativa privada**.

§ 1º - **As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos**.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. (grifo nosso)

**8 - LEGISLAÇÃO**

**8.1 -** O credenciamento de serviços segue o estabelecido na Portaria MS nº 2.567 de 25 de Novembro de 2016 que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o **credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).**

**8.2 -** Destaca-se que em seu Art. 6º é estabelecido que o credenciamento das entidades privadas prestadoras de serviços de saúde obedeça às seguintes etapas:

**I -** **chamamento público**, com a publicação de edital e respectivo regulamento;

**II –** inscrição;

**III -** cadastro (Certificado de Registro Cadastral - CRC) das entidades interessadas;

**IV –** habilitação;

**V -** assinatura do termo contratual; e

**I -** publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do ente contratante ou jornal local de grande circulação.

**8.3 -** É importante destacar o entendimento explicitado na Resolução de Consulta Nº 16/2013 – TP do Tribunal de Contas da União, conforme segue:

**1)** As entidades político-administrativas possuem a competência de planejar, executar, controlar e ajustar os serviços públicos, cabendo-lhes repassar à iniciativa privada parcela de suas atribuições, nos termos da Constituição Federal e das leis.

**2)** A Constituição Federal, no artigo 199, § 1º, autoriza a complementação dos serviços de saúde pública pela iniciativa privada, atuando de forma paralela, cumulativa com o Estado, com o intuito de garantir a universalidade e igualdade no acesso à saúde e maior eficiência na sua prestação.

**3)** A complementação do serviço de saúde, através do desenvolvimento de atividades finalísticas ou acessórias, atenderá os seguintes requisitos:

**a)** preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

**b)** celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

**c)** integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do Sistema Único de Saúde;

**d)** regulamentação legal pela entidade político administrativa;

**e)** depende de licitação prévia, salvo nos casos de contratação direta previstos em lei.

Assim sendo, nos respalda a efetivação do proposto perante a Constituição Federal, conforme se verifica acima, vez que o que se pretende é tão somente uma contratação a fim de **COMPLEMENTAR** os serviços já prestados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos das diretrizes já estabelecidas em âmbito municipal, de acordo como que determina o parágrafo 1º, do Art. 199, da Constituição Federal. Portanto, o pedido em questão possui caráter de Urgência.

Canarana – MT, 18 de Junho de 2020

**RUBERLAN DA SILVA REZENDE**

Secretário de Saúde

**ANEXO II – TERMO DE ACEITE DA PROPOSTA FINANCEIRA**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**(Papel timbrado da empresa)**

Ao aderir o presente credenciamento, a empresa …........................., representada por ….........................declara, conhecer o inteiro teor do Edital de **Credenciamento n. 001/2020**, bem como o valor o qual o Município de Canarana se propõe a pagar pelos serviços prestados de acordo com o valor médio de referência, que foi obtido com base no preço de mercado e comprometemos a prestar o atendimento no hospital, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na especialidade e nos valores assim especificados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quant** | **R$ unit.** | **R$ total** |
| 01 | Escala Alternativa de serviços Médicos (**12 hrs**) – Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 400 |  |  |
| 02 | Plantão sobre-aviso - Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 200 |  |  |

## OBS.: Os serviços serão executados conforme termo de referencia e apesar de constar acima as quantidades totais serão distribuídas de acordo com as necessidades do município.

**Forma de entrega/realização dos serviços:** Mediante agendamento e escala realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declaramos por fim estarmos ciente de todas as condições do edital supracitado, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ ou CPF

**ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**(Papel timbrado da empresa)**

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão social nº: CNPJ:

Rua, avenida, nº e complemento Bairro Município UF CEP: Telefone Celular Fax:

E-mail:

Dados Bancários: Agência Conta Banco

## TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):

Nome:

Formação:

Identidade:

CPF:

Nome:

Formação:

Identidade:

CPF:

## QUADRO TÉCNICO ( Diretor Técnico e Diretor Clinico)

Nome: Formação: Identidade: CPF: Telefone: Celular:

## SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

**DECLARAMOS**, sob as penas da lei, que:

* Recebemos os documentos que compõem o Edital e tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
* As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do edital e seus anexos;
* Temos ciência da obrigatoriedade de declarar qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento, e;
* Que possuímos condições de cumprir as exigências mínimas, para realização dos serviços a serem prestados, no que se refere aos recursos físicos e tecnológicos;

Vimos requerer, mediante a presente, o credenciamento, em conformidade com o Edital divulgado pelo Município de Canarana, juntando a documentação exigida.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ e CPF

**OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**(Papel timbrado da empresa)**

Ao

Município de Canarana-MT

Ref: Licitação na modalidade Credenciamento nº 001/2020.

A empresa .............. devidamente inscrita no CNPJ nº ................... com sede à Rua/Av............................, bairro................ na cidade de ................, estado ............., por seu representante legal abaixo-assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital **do Credenciamento nº 001/2020 DECLARA**, sob as penas da lei, que:

* **Não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz\*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
* **Não possui** em seu quadro de pessoal servidores públicos do Município de Canarana-MT exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
* **Não ser** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ e CPF

**( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz\*.**

## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

## CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

**(Papel timbrado da empresa)**

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa ......................, CNPJ .........., reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em **Edital de Credenciamento 001/2020**.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ e CPF

Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, **além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**(Papel timbrado da empresa)**

A empresa , CNPJ , sediada na rua bairro cidade , neste ato representada pelo Sr.(a) , portador do RG nº e inscrito no CPF sob o numero , no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório no Município de Canarana, **Credenciamento nº 001/2020**, na forma determinada no § 2º, do artigo 32, da Lei nº 8666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ e CPF

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO ME EPP**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**(Papel timbrado da empresa)**

**Referente: Edital de Credenciamento nº 001/2020**

Para fins de participação no Credenciamento (indicar o nº registrado no Edital), a (o) (Nome completo do Proponente), CNPJ, sediada na (Endereço completo), declara, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal nº123, de 14.06.2006.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ e CPF

**ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº ..../2020**

**PROCESSO Nº 94/2020**

**CREDENCIAMENTO Nº 001/2020**

**VIGENCIA:.../..../2021**

A Prefeitura Municipal de Canarana pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Miraguai, nº 228, inscrito no CNPJ/MF sob nº 15.023.922/001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa ......... , inscrita no CGC/CNPJ MF com o nº ............., doravante designada **CONTRATADA**, representada, neste ato, por ................ , RG nº .... e CPF nº ......, considerando o constante no **Edital de credenciamento nº 001/2020** , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto do presente termo **CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no hospital municipal Lorena Parode e Unidade de Sindrome Gripal para atendimento de Escalas Alternativas de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno),** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no **Edital de Credenciamento 001/2020** e Termo de Referência **Anexo I**.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

* 1. - Pelos serviços credenciados a contratada receberá os valores estabelecidos na proposta financeira da estimativa de preço, do Termo de Referência Anexo I, do Município de Canarana-MT, conforme os serviços e os preços praticados na forma do quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quant** | **R$ unit.** | **R$ total** |
| 01 | Escala Alternativa de serviços Médicos (**12 hrs**) – Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 400 |  |  |
| 02 | Plantão sobre-aviso - Hospital Municipal Lorena Parode e Unidade de Síndrome Gripal | 200 |  |  |

* 1. - Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Município.
     1. - O pagamento da nota fiscal será efetuado através de Ordem Bancária, por meio de deposito na conta Agência nº , Conta nº , Banco , de titularidade da contratada.
     2. - A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição dos serviços prestados ao Município de Canarana;
     3. - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
     4. - Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.
  2. - O Município de Canarana não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
  3. - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
  4. - Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
  5. - Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar com cada nota fiscal, os seguintes documentos:

1. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e contribuições Federais, salvo quando esta for unificada;
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**2.7 -** **Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação de sua faixa de recolhimento, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.**

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA LICITAÇÃO

* 1. - Foi elaborado pelo Município de Canarana, o Termo de Referência Anexo I, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório e sua execução.
  2. - Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento de credenciamento, com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e devidamente autorizada pela Autoridade Competente.

## CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

* 1. - A contratada deverá prestar os serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência Anexo I.
  2. - O objeto desta contratação deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Credenciamento nº 001/2020** e seus anexos.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**5.1** - Para o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município de Canarana, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;
2. Executar prestação dos serviços especializados do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência Anexo I;
3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;
4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério do Consórcio, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;
8. A empresa contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.
9. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras estabelecidas no Edital de **credenciamento 001/2020**, sob pena de descredenciamento e aplicação de demais sanções cabíveis.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

* 1. - Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto deste credenciamento dentro das especificações.
     1. - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;
     2. - Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.
     3. - Notificar, por escrito, a credenciada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
     4. - Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo o credenciado de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.
     5. - Acompanhar os serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.
     6. - Paralisar os serviços casos os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

**7.1 - O Contrato terá sua vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, inciso II da lei Federal 8.666/93, tendo validade e eficácia legal** **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial**

* 1. - O prazo para assinatura do Contrato será de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação formal;

**7.3 -** O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da credenciada, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem nos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

* 1. - A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pelo Consórcio;
  2. - O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições de habilitação do início do contrato.
  3. - Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas neste instrumento;
  4. - A critério do Contratante, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de prestação de serviços, nota de empenho, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.
  5. - A fiscalização da execução do Contrato será exercida ........................., servidor no cargo de ..........................., Portaria nº ..................... , neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

* 1. - O valor que propôs ao credenciado será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8666/93.

## CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

* 1. - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

1. Quando a contratada não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;
2. Quando a contratada der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
4. Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
   1. - Ocorrendo a rescisão contratual, a contratada será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.
   2. - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas-Tribunal de Contas do Mato Grosso, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.
   3. - A solicitação da contratada para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
   4. - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da contratada, relativas a prestação dos serviços.
   5. - Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

## CLÁUSULADÉCIMA - DAS PENALIDADES

**10.1** - A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

**10.1.1** - Por atraso injustificado na prestação dos serviços:

1. Atraso de até 05 (cinco) dias, multa equivalente ao valor do 1 (um) procedimento não realizado.
2. Atraso superior a 10 (dez) dias, multa equivalente ao valor de 5 (cinco) procedimentos não realizado, sem prejuízo das demais cominações legais;
   * + 1. - No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.
       2. - A justificativa por atraso deverá ser encaminhada para o município para o devido deferimento ou indeferimento.

**10.1.2.** - Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

1. Advertência,
2. multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor do menor procedimento credenciado pelo contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem independente de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município;
3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município por prazo não superior a 02 (dois) anos;
   1. **- Descredenciamento - pelo Municipio:**
      1. – a empresa deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;
      2. – a empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;
      3. – ficar evidenciada a incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;
      4. – por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do Município;

**10.2.5**- em razão de caso fortuito ou força maior;

* + 1. – No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento de todos os seus sócios;
    2. – Por não atender os pacientes encaminhados pelo Município com qualidade;
    3. **-** e naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

## - pela credenciada:

* + 1. mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao Consórcio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**10.3.2** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;

* + - 1. Em se tratando de contratada que não comparecer para retirada da Ordem de serviços, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pelos profissionais habilitados do Município;
      2. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município;
      3. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;
      4. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
      5. Cancelamento do contrato e do credenciamento, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação da prestação dos serviços;
      6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
      7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo o Município reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
      8. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas do Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no Edital de Licitação, inclusive a reabilitação perante ao Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão pela seguinte dotação:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 03

FUNCIONAL: 10.302.0010.2050

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 352

FONTE DE RECURSOS: 2046

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 03

FUNCIONAL: 10.302.0010.2050

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 350

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2043

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 260

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2043

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 261

FONTE DE RECURSOS: 2002

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2048

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 313

FONTE DE RECURSOS: 2042

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 02

FUNCIONAL: 10.301.0009.2048

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 314

FONTE DE RECURSOS: 2046

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01

FUNCIONAL: 10.122.0014.2098

ELEMENTO: 339039

CÓDIGO REDUZIDO: 700

FONTE DE RECURSOS: 2046

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

* 1. - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
     1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.
     2. A **CONTRATADA** obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;
     3. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Termo de Referência **Anexo I,** seus anexos e a proposta da contratada;
     4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município;
     5. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento.
     6. Será expressamente proibido ao credenciado cobrar taxas ou qualquer outra importância dos usuários, sob pena de descredenciamento a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente apurada denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurado ao credenciado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

**13.1** - As partes contratantes elegem o foro de Canarana- MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Canarana-MT, ...... de ......... de 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**..........................................................................**

**FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**

**Prefeito Municipal**

...................................

**..........................................................................**

**...........................**

CPF nº. ………………..

**FISCAL DO CONTRATO**

**...................................................................**

**.**

**TESTEMUNHAS:**

01 - Nome: ...........................................

CPF: .......................................................

RG: .........................................................

ASSINATURA ......................................

02 - Nome: ...........................................

CPF: .......................................................

RG: .........................................................

ASSINATURA ......................................

**Aprovado: Parag. Único Art. 38 da Lei 8.666/93.**